

1 **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Posse dos membros para o 4º mandato, eleição da Mesa
4 Diretora, aprovação da ata da 13ª reunião, discussão e aprovação do
5 Plano de Efetivação do Enquadramento, discussão e aprovação do Plano
6 de Ações para as Bacias, assuntos gerais e encerramento.

7 Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às 13:30 horas, na
8 Sala dos Conselhos do CIETEP, realizou-se a 14ª Reunião Ordinária do
9 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. A Sra. Olga
10 Polatti, do AGUASPARANÁ, Secretária Executiva do Comitê, após verificação
11 de quorum deu início à reunião, uma vez que o 3º mandato dos membros já
12 estava expirado. Procedeu a leitura da pauta e em seguida indagou se alguém
13 gostaria de adicionar algo à mesma. O Sr. Adriano Wild da Mater Natura
14 sugeriu que fosse incluída na pauta o relato da visita de um membro do comitê
15 paulista da Bacia Hidrográfica do Ribeira ao AGUASPARANÁ, sendo incluído
16 em assuntos gerais. Em seguida passou ao **2º item da pauta** que tratava da
17 posse dos membros para o 4º mandato. A Sra. Olga Polatti, do
18 AGUASPARANÁ, solicitou que a medida em que fossem sendo nominados, os
19 membros se identificassem, considerando-se assim empossados. A relação
20 dos membros empossados está anexa a esta ata. Passou então ao **3º item de**
21 **pauta** que tratava da eleição da Mesa Diretora, apresentando a única chapa
22 concorrente, formada pela Sra. Ingrid Mülller, concorrendo ao cargo de
23 Presidente do Comitê e pelo Sr. Ricardo Lamberti de Faria como vice-
24 presidente. A Sra Ingrid Illich Muller é engenheira civil formada em 1985 pela
25 Universidade Federal do Paraná com doutorado também pela Universidade
26 Federal do Paraná, pelo Programa de Pós Graduação de Engenharia Florestal,
27 conselheira do Conselho de Nacional de Recursos Hídricos e no Comitê
28 representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos. O Sr. Ricardo
29 Lamberti de Faria é engenheiro mecânico, supervisor da área da manutenção
30 da Volkswagen do Brasil. Por só haver uma chapa concorrendo, A Sra. Olga
31 Polatti, do AGUASPARANÁ, consultou a plenária sobre a possibilidade de
32 realizar a eleição por aclamação, e tendo sido aprovada a sugestão, procedeu
33 à votação, sendo a chapa eleita pela maioria. Após parabenizar a Mesa
34 Diretora eleita, A Sra. Olga Polatti, do AGUASPARANÁ passou a condução da
35 reunião para a Sra. Ingrid Illich Muller, que após agradecer a confiança
36 depositada pelos membros do COALIAR na nova Mesa Diretora, passou a
37 palavra ao Sr. Marcio Nunes, Diretor Presidente do Instituto das Águas do
38 Paraná que falou sobre a importância da cobrança pelo direito do uso da água,
39 elogiou um artigo da Gazeta do Povo sobre a implantação da cobrança,
40 comentando que apesar da grande disponibilidade hídrica do Paraná, a Região
41 Metropolitana de Curitiba encontra-se perto de um estado de escassez.
42 Também comentou sobre o avanço na instalação dos comitês de bacia no
43 estado do Paraná, a necessidade destas medidas para a preservação dos
44 recursos hídricos. Falou também sobre os programas PROCEL (Programa de
45 Ressocialização de Combate à Erosão Urbana) e Programa de Sistema de
46 Abastecimento de Água no Meio Rural. Em seguida desculpou-se e retirou-se
47 da reunião. A Sra. Presidente agradeceu as palavras do Sr. Marcio Nunes e
48 passou ao **4º item da pauta** que tratava da aprovação da ata da 13ª reunião
49 ordinária e colocou em votação a dispensa da leitura da mesma por ter sido

50 enviada previamente aos membros. Aprovada a dispensa de leitura, a Sra.
51 Presidente informou que a minuta de ata que estava sendo projetada já
52 continha as alterações encaminhadas pela própria Sra. Presidente, pela Sra.
53 Martha Sugai da COPEL e pelo Sr. Mário Bastos da Prefeitura Municipal de
54 Piraquara e abriu para comentários e sugestões de alteração. A Sra. Martha
55 Sugai da COPEL comentou que em suas anotações o conteúdo da linha 120
56 estava um pouco diferenciado, onde constava que a proposta de
57 enquadramento havia sido aprovada com as considerações da SANEPAR, e
58 que também haviam sido consideradas as sugestões do IAP. O Sr. Pedro
59 Franco da SANEPAR se posicionou a favor da intervenção da Sra. martha, pois
60 a proposta do IAP deveria ser avaliada pela CTPLAN. O Sr. Enéas Machado,
61 do Instituto das Águas do Paraná, sugeriu que fossem unificadas essas
62 recomendações e o enquadramento seria aprovado como estava. A Sra.
63 Martha Sugai então comentou que o que havia sido aprovado foi a tabela com
64 as classes e não o texto da resolução e que a CTPLAN teria que revisar a
65 proposta de resolução a ser submetida a aprovação, e pediu que alguém do
66 IAP comparecesse à reunião do CTPLAN para apresentar suas reivindicações.
67 Em seguida a Sra. Presidente mostrou as alterações que o Sr. Mário Bastos da
68 Prefeitura Municipal de Piraquara havia sugerido para a linha 264 e para a linha
69 284. O Sr. Mário Bastos da Prefeitura Municipal de Piraquara, sobre o assunto
70 em questão, disse que sugeria a discussão desse assunto na CTPLAN. A Sra.
71 Presidente pediu então paciência ao Sr. Mário Bastos, pois a agenda da
72 CTPLAN encontrava-se bastante ocupada, mas que o assunto seria tratado
73 num momento oportuno. A Sra. Presidente lembrou que havia sido proposto
74 um apresentação do Plano Municipal de Drenagem da Prefeitura Municipal de
75 Curitiba para esta reunião, mas que devido a pauta estar bastante carregada,
76 ela sugeria que fosse apresentada em reunião futura. A Sra. Cláudia Boscardin
77 da Prefeitura Municipal de Curitiba comentou que o Plano Diretor de Drenagem
78 de Curitiba estava em fase de conclusão e que acreditava que o Plano estaria
79 concluído até a próxima reunião do COALIAR. A Sra. Presidente colocou então
80 a ata em aprovação e a mesma foi aprovada. Passou-se aos **5º e 6º itens de**
81 **pauta**, que diziam respeito à Discussão e Aprovação do Plano de Efetivação e
82 do Plano de Ações da Bacia passando a palavra ao Sr. Enéas Souza Machado
83 do Instituto das Águas do Paraná. Ele apresentou as ações propostas para
84 efetivação do enquadramento salientando que os recursos da cobrança
85 cobrirão somente uma pequena parte do previsto e que será necessário um
86 pacto entre Governo, Usuários e Sociedade para realização das ações do
87 Plano para Efetivação do Enquadramento. Apresentou também o Plano de
88 Ações proposto para a bacia que engloba as ações para, além daquelas
89 necessárias para atingir o enquadramento, contempla também a
90 disponibilidade quantitativa, a questão de cheias, estiagem. A apresentação
91 encontra-se anexa a ata. A Sra. Presidente agradeceu o Sr. Enéas Souza
92 Machado pela apresentação e abriu para comentários. O Sr. Mauri Pereira da
93 Secretaria Estadual de Meio Ambiente elogiou os planos apresentados e
94 indagou como ocorrerá o detalhamento e a articulação dos municípios com o
95 Comitê sobre as intervenções propostas para que as mesmas tenham sucesso.
96 O Sr. Enéas Machado respondeu que a fase de curto prazo do plano seria
97 orçada, e o detalhamento do médio e longo prazo seriam definidos a posteriori
98 em reunião da CTPLAN, e apresentado a plenária. O Sr. Giacomo Clausi do

99 GARI sugeriu que a responsabilidade nas ações de sociedade civil em relação
100 à educação ambiental fosse conjunta com as instituições governamentais. O
101 Sr. Enéas Souza Machado comentou que já existe uma câmara técnica no
102 CERH trabalhando nisso e que já produziu um edital para serem iniciados os
103 trabalhos de educação ambiental. O Sr. Raul Peccioli Filho da COMEC indagou
104 sobre a proposta de um programa de monitoramento ou fiscalização do uso do
105 solo mais efetivo que mostrasse dados atuais, pois os dados apresentados
106 referiam-se a estudos antigos. A Sra. Olga Polatti do Instituto de Águas do
107 Paraná disse que não havia proposta de fiscalização de uso e ocupação do
108 solo no Plano e que seria interessante se fosse adicionado. A Sra. Martha
109 Sugai da COPEL questionou se não era uma extrapolação de competências e
110 o Sr. Mauri Pereira da SEMA disse que a não fiscalização do uso e ocupação
111 do solo era um problema, porém acreditava que não seria de competência do
112 Instituto das Águas e que deveria haver um meio efetivo de comunicação entre
113 os gestores da bacia e os municípios. A Sra. Presidente falou que essa
114 questão realmente é importante mas que deve haver um planejamento para
115 que um não entre na competência do outro. Disse que isso seria analisado pelo
116 AGUASPARANÁ e que poderia ser colocado dentro do Plano de Ações. O Sr.
117 Sérgio Ribas da MINEROPAR comentou sobre a importância de se fazer um
118 inventário dos usuários de recursos hídricos na bacia, indagou sobre até qual
119 nível de empresas que seriam auditadas para realização do inventário de
120 usuários de água e quais órgãos iriam estabelecer o controle e fiscalização. O
121 Sr. Enéas Souza Machado do Instituto de Águas do Paraná respondeu dizendo
122 que está sendo montado o termo de referência para a licitação e que está
123 sendo definido o tipo de usuários que deverão ser auditados. Com relação à
124 integração entre os municípios, a Sra. Cláudia Boscardin da Prefeitura
125 Municipal de Curitiba demonstrou sua preocupação com o fato de muitos dos
126 municípios da área de abrangência do COALIAR não estarem a par das
127 discussões que ocorriam no âmbito do Comitê e sugeriu que fosse realizada
128 uma divisão em sub-bacias para facilitar a comunicação com os municípios. O
129 Sr. Enéas Machado considerou a idéia muito boa e disse que os 6 blocos de
130 execução do plano poderiam ser regionalizados, que poderia se criar uma
131 arquitetura organizacional de “sub planos de bacia”. Disse que o assunto seria
132 considerado. A Sra. Martha Sugai da COPEL comentou que a sugestão do Sr.
133 Sérgio Ribas da MINEROPAR era muito importante, pois a Resolução nº 48 do
134 CNRH diz que o cadastro de usuários é pré-requisito para a cobrança. Disse
135 que todos os usuários devem ser cadastrados e depois triados por
136 significância, sugeriu também uma reunião conjunta entre CTPLAN e CTCOB
137 para analisar o termo de referência. A Sra. Presidente pediu que fosse
138 retomada a discussão do Plano de Efetivação do Enquadramento. O Sr. Hélio
139 Bzuneck da Prefeitura Municipal de Araucária perguntou sobre a sub bacia PS2
140 que não estava contemplada na tabela de efetivação. O Sr. Pedro Franco da
141 SANEPAR disse que a bacia do Passaúna tem qualidade condizente a
142 montante da captação e a jusante existe a ETE Passaúna. O Sr. José Pereira
143 da Silva do CEDEA comentou sobre a criação de um comitê alternativo na
144 região de Colombo pelo CEDEA e as dificuldades que vêm encontrando em
145 receber apoio junto a diversos órgãos e pediu mais planejamento para que a
146 construção civil da região não polua ainda mais as nascentes. O Sr. Mauri
147 Pereira da SEMA comentou que o Comitê não tem atribuição de interferir nas

148 ações dos municípios ou demais órgãos, a não ser que seja uma obra
149 financiada pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Falou sobre o programa
150 “Rio Da Minha Rua” da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos
151 Hídricos, que visa a preservação de córregos urbanos e que será lançado em
152 setembro em 6 municípios. Indagou sobre o custo do saneamento no Plano de
153 Efetivação e reforçou a necessidade de participação dos municípios para se
154 alcançar a qualidade de água desejada para a bacia. Comentou sobre a
155 importância de se ter um detalhamento dos programas e subprogramas do
156 Plano de Ações, sobre um programa de capacitação sobre gestão de recursos
157 hídricos à distância oferecido pela ANA em parceria com a ITAIPU Binacional
158 e sobre uma ação prevista no Plano de Ações que estava sendo iniciada, o
159 Pagamento por Serviços Ambientais, que iria ser iniciado pela SANEPAR na
160 bacia do Miringuava devido a exigências no processo de licenciamento. O Sr.
161 José Aliaga da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral comentou
162 sobre 3 programas que haviam sido formulados pela SEPL que estavam em
163 consonância com o Plano de Ações, sendo um deles para regularização da
164 licença, outorga e fiscalização do uso da água, que está sendo negociado com
165 o Banco Mundial. Outro programa seria o Programa de Gestão de Solo e Micro
166 bacias, que procura viabilizar água para famílias do interior e o último seria um
167 programa em conjunto com o governo federal de qualidade da água. A Sra.
168 Martha Sugai da COPEL lembrou que por menor que seja, o recurso advindo
169 da cobrança é um indutor de captação de novos investimentos, inclusive para
170 que a SANEPAR consiga recursos da ANA. Com relação ao solicitado pelo Sr.
171 Mauri Pereira da SEMA sobre maior detalhamento do Plano de Ações explicou
172 que o que havia sido apresentado era somente a distribuição dos recursos da
173 cobrança ao que o Sr. Mauri Pereira respondeu que se não houvesse um
174 detalhamento do Plano de Ações, este seria somente um Plano de Intenções.
175 O Sr. Paulo Beraldo da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento comentou
176 que o Plano de Ações deveria orientar as instituições em suas atividades, para
177 que não aconteça a sobreposição de atribuições. O Sr. Pedro Franco da
178 SANEPAR, em resposta ao Sr. Mauri Pereira, disse que 75% dos 2,8 milhões
179 estimados do plano vão para saneamento, mas que há a necessidade mais
180 recursos para a melhoria do saneamento ambiental, visto que não há recurso
181 do Governo Federal ou de qualquer outra fonte nesse sentido, apenas o
182 PRODES, que reembolsa somente após o cumprimento de metas. Comentou
183 que os planos que estavam sendo aprovados na reunião mostravam o grande
184 desafio do Comitê passar a exercer um papel extremamente importante de
185 articulador, não para conseguir recurso para a SANEPAR, e sim para tentar
186 articular uma maneira nova de fazer saneamento, porque o saneamento do
187 nosso país é voltado para saúde pública e não para despoluição de rios e que
188 para reduzir a carga em 15% até 2017 será necessário definir mecanismos que
189 possam suprir esse recurso, um impasse que os outros Comitês de Bacia
190 também estão enfrentando. Não havendo mais comentários a Sra. Presidente
191 começou a responder as questões dos colegas. Respondendo ao Sr. José
192 Pereira do CEDEA, comentou sobre o programa 3, conservação e proteção de
193 corpos d’água, e do subprograma 302 que contempla o disciplinamento do uso
194 do solo, recuperação de áreas degradadas, manejo adequado de áreas.
195 Passou então a palavra ao Sr. Enéas Souza Machado para que ele
196 respondesse sobre a questão do detalhamento dos programas feita pelo Sr.

197 Mauri Pereira. O Sr. Enéas Souza Machado do Instituto das Águas do Paraná
198 disse que concordava que os orçamentos para curto prazo eram necessários,
199 mas que deveriam ser realizados após a provação do Plano de Bacia como um
200 todo e da cobrança. Disse que esses orçamentos deveriam ser iniciados o
201 quanto antes mas que acreditava que seriam feitos em 2014, uma vez que o
202 contrato com a consultora executora do Plano de Bacia estava se encerrando.
203 A Sra. Presidente comentou sobre o grande desafio que estava por vir,
204 inclusive com relação a articulação institucional, agradeceu então as
205 contribuições dos colegas e colocou os planos em votação para aprovação, e
206 ambos foram aprovados por unanimidade. A Sra. Martha Sugai da COPEL
207 perguntou quais seriam os próximos passos, pois os documentos iriam a
208 consulta pública, voltariam ao comitê e depois seriam aprovados pelo conselho,
209 no que a Sra. Olga Polatti do Instituto das Águas do Paraná disse que as
210 propostas da cobrança, resolução do enquadramento e os indicadores seriam
211 trazidos ao comitê para aprovação entre o final de junho e começo de julho,
212 iriam a consulta pública e seguiriam para aprovação no conselho para que a
213 cobrança fosse iniciada em setembro. A Sra. Presidente passou ao **8º item da**
214 **pauta**, assuntos gerais, quando deu a palavra a Sra. Marianna Roorda do
215 Instituto de Águas do Paraná que fez um resumo da 21ª Reunião Ordinária do
216 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, onde o principal assunto abordado
217 foi o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, a origem dos recursos do FRHI/PR,
218 a prestação de contas do biênio 2011/2012 e também um novo plano de
219 aplicação dos recursos para o próximo biênio. Relatou que os comitês das
220 bacias do Alto Ivaí, Piquiri e Paraná 2 e Baixo Iguaçu tiveram suas instalações
221 aprovadas, que foi aprovada a minuta que altera o Decreto nº 2130, que
222 regulamenta o processo de instituição e funcionamento dos comitês de bacia,
223 em especial quanto ao período e prazo de mandato dos comitês, alterado para
224 4 (quatro) anos, coincidindo com os mandatos dos prefeitos e nesse primeiro
225 momento ampliando a duração dos atuais mandatos até 31 de março de 2017.
226 Essa alteração irá possibilitar que seja realizado um grande programa de
227 divulgação estadual para a renovação dos Comitês. Outra alteração no decreto
228 que regulamenta o funcionamento dos Comitês foi que não é mais necessário
229 publicar os Regimentos Internos em Diário Oficial, evitando gastos elevados de
230 publicação. Comentou também que a revisão do decreto de outorga foi
231 aprovada e que finalizando a reunião do CERH houve uma apresentação da
232 ANA sobre o Pacto Nacional pela Gestão das Águas em que são estabelecidas
233 algumas metas de melhoria na gestão de recursos hídricos de cada estado e
234 que são recursos que a Agência Nacional de Águas vai repassar, nos próximos
235 5 anos após a assinatura do contrato no valor de 4 milhões, e que pode
236 também ser utilizado para contratação de técnicos para ajudar a atingir essas
237 metas. O Sr. Mauri Pereira comentou que o Pacto proposto pela ANA é muito
238 importante, visto que tem duração de 5 anos, e também sugeriu a ativação do
239 Fórum Estadual dos Comitês para que haja mais integração entre os diversos
240 Comitês do Paraná. A Sra. Presidente dirigiu-se então ao representante da
241 CEDEA para explicar que a apresentação a ser realizada por ele seria
242 adicionada à pauta da próxima reunião, não devendo exceder a 10 minutos
243 pois a pauta seria extensa. A Sra. Olga Polatti do Instituto das Águas do
244 Paraná comentou que o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Ribeira do estado
245 de São Paulo havia entrado em contato com o AGUASPARANÁ em 2010 para



246 discutir a criação do Comitê Federal do Ribeira. Como a atual área de
247 abrangência do COALIAR não engloba em sua totalidade toda a porção
248 paranaense da bacia do Rio Ribeira, ficou acordado que essa discussão seria
249 retomada após a ampliação da área de atuação do COALIAR, provavelmente
250 em 2015. Ainda nessa época foram realizadas 2 reuniões entre os dois
251 estados, uma em Curitiba e outra em Registro visando algumas ações
252 conjuntas. Em maio de 2013, a Sra. Ivy Wiens que presta serviços ao CBH
253 Ribeira/SP procurou o AGUASPARANÁ para que fossem retomadas ações
254 conjuntas tais como a criação de uma página na Internet para os 2 comitês.
255 Em seguida o Sr. Adriano Wild da Mater Natura comentou que a idéia era o
256 fortalecimento da sociedade civil dos 2 comitês do Vale do Ribeira e comentou
257 que o Conselho Estadual de Meio Ambiente iria discutir a questão do
258 licenciamento municipal, a tipologia de atividades que poderão ser licenciadas
259 pelos municípios e solicitou que os membros do Comitê acompanhassem a
260 discussão. Finalmente, a Sra. Presidente agradeceu à presença de todos e
261 também pelo voto de confiança na chapa eleita para a Mesa Diretora e deu por
262 finalizada a 14ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e
263 Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu OLGA RYDYGIER DE RUEDIGER
264 POLATTI, Gerente das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira lavrei
265 a presente Ata.

266 De Acordo

267

268 Ingrid Illich Muller

269 Presidente do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira